

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Sumário</i>	IX
<i>Abreviaturas e Siglas Usadas</i>	XI
<i>Obras do Autor</i>	XV
<i>A Obra</i>	XVII
<i>O Autor</i>	XIX
<i>Nota da Editora</i>	XXI

Parte I

A SOCIEDADE, O DIREITO, O ESTADO E O TRIBUTO

Capítulo I – O OBJETO DO DIREITO	3
1.1. O Direito como técnica e como valor	3
1.2. O Direito Tributário, técnica e valor	4
1.3. Direito, Sociedade e História	4
1.4. O Direito como produto social – Trabalho, Sociedade e Cultura – A experiência jurídica e a história dos homens	4
1.5. A Moda, a Moral, a Religião e o Direito – Os sistemas normativos – Liberdade e repressão – Direito e Civilização	8
1.6. A inevitável ambigüidade dos sistemas normativos – A questão da justiça – O Direito progressivo	10
1.7. O objeto do Direito – Crítica a Carlos Cossio – A perenidade do objeto do Direito	12
Capítulo II – O DIREITO COMO OBJETO	15
2.1. O fenômeno jurídico como objeto de multivárias disciplinas – O Direito Positivo e a Ciência do Direito	15
2.2. As categorias do conhecimento jurídico	16
2.3. Direito e linguagem – Ordens e normas jurídicas	16
2.4. As normas jurídicas e a teoria de Kelsen – Juízos ônticos e deônticos – Normas primárias e secundárias	18
2.5. Normas jurídicas e proposições sobre normas jurídicas – Prescrições jurídicas – O papel dos intérpretes	21
2.6. Tipologia jurídica – Normas de organização, de competência, técnicas, de conduta ou comportamentais e sancionantes	22
2.7. Tipos de normas encontradas no Direito Tributário	24
2.8. Distinção entre normas, leis e proposições jurídicas	24
2.9. Existência, validade e vigência das leis – Aplicabilidade, incidência e eficácia das normas jurídicas	29
Capítulo III – O OBJETO DO DIREITO TRIBUTÁRIO E O DIREITO TRIBUTÁRIO COMO OBJETO	33
3.1. A unidade do Direito – A falsa questão da autonomia dos ramos do Direito	33

3.2. A relação fisco-contribuinte como objeto do Direito Tributário	34
3.3. Direito Financeiro e Direito Tributário	34
3.4. A relação tributária: cerne do Direito Tributário	35
3.5. O objeto no tempo e no espaço – O papel do sujeito cognoscente.....	35
3.6. O Direito Tributário como objeto.....	36
3.7. Opulência jurídica do Direito Tributário brasileiro – As primícias do intérprete	37
3.8. Direito Tributário e Estado.....	37
Capítulo IV – O ESTADO E SUAS FUNÇÕES	39
4.1. O Estado e o poder de tributar – A repartição de competência para tributar – O estatuto do contribuinte	39
4.2. As três funções do Estado: legislar, administrar e julgar – A caracterização jurídica dos atos funcionais do Estado sob os pontos de vista material e formal – O Estado e a tributação ...	40

Parte II

O DIREITO TRIBUTÁRIO QUE ESTÁ NA CONSTITUIÇÃO

Capítulo I – O DIREITO TRIBUTÁRIO DA CONSTITUIÇÃO	47
1.1. A constitucionalização do Direito Tributário brasileiro	47
1.2. O Direito Tributário da Constituição – Os subsistemas tributários	48
1.3. Conceito de República – República e igualdade – República e representação popular	48
1.4. República, democracia, representação popular e repartição de Poderes – O controle da Constituição pelo Poder Judiciário	50
1.5. República, Constituição dirigente e supremacia do Judiciário.....	52
1.6. Controle de constitucionalidade de lei estadual ou municipal e respectivos atos normativos – Introdução ao estudo do federalismo brasileiro.....	60
1.7. A natureza jurídica do Estado Federal – Ligeiro esboço comparativo com outras formas de Estado – Características do Estado Federal	62
1.8. Contraste entre o Estado Federal e a Confederação de Estados.....	65
1.9. Contraste entre o Estado Federal e o Estado Unitário	65
1.10. O Estado Federal e o exercício do poder de tributar	65
1.11. A Federação de Estados e a autonomia dos Estados-Membros	65
1.12. Presidencialismo e Parlamentarismo – Decretos-Lei e medidas provisórias – Federação e Direito Tributário	66
Capítulo II – OS PRINCÍPIOS GERAIS DO SISTEMA TRIBUTÁRIO DA CONSTITUIÇÃO ...	67
2.1. O sentido do artigo inaugural quanto à repartição das competências tributárias entre as pessoas políticas da Federação	67
2.2. A repartição das competências tributárias – Os seus três aspectos relevantes	71
2.3. O fundamento do poder de tributar – As pessoas políticas titulares	71
2.4. O tributo e suas espécies – Como reparti-los	71
2.5. A repartição das competências pela natureza dos fatos jurígenos	72
2.6. Competência comum e privativa – As técnicas de repartição	72
2.7. Os insumos doutrinários do constituinte – A teoria dos fatos geradores vinculados e não-vinculados.....	73
2.8. A teoria dos fatos geradores vinculados e não-vinculados enquanto suporte do trabalho do constituinte	74
2.9. As técnicas constitucionais de repartição	74
2.10. A razão pela qual a competência comum não provoca conflitos entre as pessoas políticas ..	75

2.11. A necessidade de nominar os impostos para depois reparti-los	75
2.12. Os empréstimos compulsórios e as contribuições parafiscais em face da teoria dos tributos vinculados e não-vinculados	76
2.13. Algumas palavras sobre a linguagem do constituinte e o papel dos seus intérpretes.	77
2.14. A redução dos empréstimos compulsórios e das contribuições parafiscais à tricotomia	77
2.15. Os níveis de análise da questão dos empréstimos compulsórios e das contribuições parafiscais: o nível da Teoria Geral do Direito e o nível jurídico-constitucional	78
2.16. A classificação jurídica das duas supostas espécies de tributo: contribuições especiais e empréstimos compulsórios – Remissão à Parte III, Capítulos I e II do presente livro	79
2.17. Os princípios da capacidade econômica e da pessoalidade dos impostos como princípios orientadores do exercício das competências tributárias	80
2.18. O manejo dos princípios da pessoalidade e da capacidade contributiva	81
2.19. Capacidade contributiva e discrição legislativa	86
2.20. A capacidade contributiva e as espécies tributárias – Capacidade contributiva e extrafiscalidade	87
2.21. A capacidade contributiva e o papel do Poder Judiciário.	89
2.22. A importância dos princípios jurídicos – Os princípios constitucionalizados são obrigatórios.	93
2.23. Os poderes de investigação do Fisco para aferir a capacidade contributiva	96
2.24. O art. 145, § 2º, ou o papel controlador da base de cálculo dos tributos	96
2.25. Apontamentos necessários à compreensão da repartição constitucional de competências tributárias	100
Capítulo III – A LEI COMPLEMENTAR COMO AGENTE NORMATIVO ORDENADOR DO SISTEMA TRIBUTÁRIO E DA REPARTIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS TRIBUTÁRIAS.	101
3.1. As leis complementares da Constituição	101
3.2. As leis complementares tributárias.	102
3.3. O lugar da lei complementar no ordenamento jurídico – O âmbito de validade das leis em geral – Enlace com a teoria do federalismo.	103
3.4. A lei complementar e seu relacionamento jurídico com a Constituição Federal e as leis ordinárias	105
3.5. Como operam as leis complementares em matéria tributária.	106
3.6. Os três objetos materiais genéricos da lei complementar tributária segundo a Constituição Federal de 1988	110
3.7. Conflitos de competência	111
3.8. Regulação das limitações ao poder de tributar	113
3.9. Apreciações críticas sobre a matéria em exame	114
3.10. Normas gerais de Direito Tributário.	115
3.11. O federalismo brasileiro – Aspectos – Ligação com o tema das leis complementares	118
3.12. Temas constitucionais reservados à lei complementar em matéria tributária	118
3.13. O “poder” das normas gerais de Direito Tributário em particular	119
3.14. Síntese do tema das leis complementares tributárias pelo ângulo aplicativo (normas de eficácia contida e normas de eficácia limitada – como diferenciá-las)	122
3.15. Finalização sobre o tema das normas gerais de Direito Tributário – Relatório sobre os temas que pedem lei complementar em finanças e tributação	123
3.16. A necessidade de lei complementar prévia para a instituição de impostos e contribuições.	126
Capítulo IV – OUTRAS REGRAS DE REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS TRIBUTÁRIAS.	129
4.1. A competência múltipla das pessoas políticas	129
4.2. Empréstimos compulsórios – Competência – Regime jurídico	130

4.3. Contribuições para-fiscais – Competência – Regime jurídico	137
4.4. Uma questão de Direito intertemporal ou de jurisprudência variante	147
4.5. Contribuições em prol de entidades privadas: SESI, SESC, SENAI, SENAC etc.	152
4.6. Contribuições em favor das confederações sindicais	153
4.7. O regime jurídico-constitucional dos empréstimos compulsórios e das contribuições para-fiscais – Síntese	154
4.8. Regras constitucionais específicas relativas às contribuições	159
4.9. Os pressupostos jurídicos para a instituição de taxas	160
4.10. As taxas e os princípios retores da tributação	161
4.11. O Poder Judiciário e os princípios justributários	162
4.12. Taxas de polícia e taxas de serviço	162
4.13. Preconceitos a desfazer em matéria de taxas	163
4.14. Teorias errôneas sobre a natureza jurídica das taxas	163
4.15. Ainda a serventia da distinção entre taxas de polícia e de serviços	165
Capítulo V – LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR – TEMAS AFINS	167
5.1. Limitações genéricas e específicas ao poder de tributar	169
5.2. Limitações: princípios e imunidades – Diferenças – O fenômeno jurídico da interpolação normativa	171
5.3. Imunidade e isenções	171
5.4. Normas impositivas, imunitórias e isençionais – A que se destinam – Como se integram na norma de tributação	172
5.5. Tipologia exonerativa	173
5.6. Imunidade	174
5.7. Os efeitos da imunidade	175
5.8. A imunidade, a isenção, os seus efeitos sobre as hipóteses de incidência das normas de tributação	176
5.9. Equívocos da doutrina tradicional	177
5.10. A isenção como exclusão de incidência: outro equívoco	178
5.11. A alternativa proposta	180
5.12. A diferença entre a exclusão expressa: imunidade e isenções e a não-incidência pura ou natural – Primeira aproximação	183
5.13. A questão da não-incidência – Conclusão	187
5.14. Exoneração nas conseqüências das normas de tributação – Quantitativas	187
5.15. Reduções diretas de bases de cálculo e de alíquotas – O efeito das leis que as prevêm	187
5.16. Alíquota zero	188
5.17. Isenções parciais	195
Capítulo VI – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA: EXPLÍCITOS, DERIVADOS E CONEXOS	197
6.1. Princípios expressos e conexos	197
6.2. As funções dos princípios constitucionais	198
6.3. O controle de constitucionalidade das leis a partir da zeladoria dos princípios constitucionais	200
6.4. O manejo dos princípios pela doutrina e a jurisprudência	204
6.5. O princípio da legalidade da tributação – Evolução histórica e concreção constitucional – O princípio da legalidade tributária, formal e material – Legalidade, anterioridade, tipicidade e irretroatividade como enredo principiológico inextrincável	206
6.6. O princípio da legalidade formal e sua evolução em Portugal e no Brasil	206
6.7. Legalidade, lei delegada e medida provisória	212

6.8. Os princípios da legalidade, anualidade, tipicidade, irretroatividade e anterioridade, todos juntos	213
6.9. O princípio da legalidade como princípio fundante dos demais – O princípio da tipicidade ou da legalidade material	215
6.10. Exceções ao princípio da legalidade na instituição e na majoração de tributos	221
6.11. Os convênios de Estados-Membros relativos ao ICMS e o princípio da legalidade	222
6.12. Conclusão sobre a submissão dos convênios à lei	226
6.13. As delegações legislativas e o princípio da legalidade da tributação	227
6.14. A crônica do princípio da legalidade material no Brasil	228
6.15. Interpretação e princípio da legalidade – Interpretação econômica – Evasão fiscal e elisão – Distinções	229
6.16. O princípio formal da legalidade da tributação e as medidas provisórias	249
6.17. O princípio da não-surpresa do contribuinte (anualidade, anterioridade, lapsos temporais predefinidos)	254
6.18. Exceções ao princípio da anterioridade	256
6.19. O princípio da anualidade – Seus reflexos na área tributária	256
6.20. O princípio da irretroatividade da lei fiscal – Ênfase no imposto de renda em primeiro lugar	260
6.21. O princípio da anterioridade – Mecânica de funcionamento em face dos diversos tipos de fatos geradores – Forma, lugar e tempo do pagamento da obrigação tributária – Reserva de lei	262
6.22. A irretroatividade da lei e a retrospectividade	263
6.23. A irretroatividade da lei, da jurisprudência e da decisão administrativa definitiva	265
6.24. Irretroatividade e ação rescisória	268
6.25. O princípio da igualdade ou do tratamento isonômico	270
6.26. O princípio do não-confisco	275
6.27. O princípio do não-confisco e as presunções legais	278
6.28. O não-confisco como limite ao poder de graduar a tributação	282
6.29. O princípio da unidade federativa – Limitações ao tráfego de pessoas e bens no território nacional – Pedágio	284
Capítulo VII – AS IMUNIDADES GENÉRICAS	287
7.1. A imunidade intergovernamental recíproca	287
7.2. A imunidade dos templos de qualquer culto, dos partidos, dos sindicatos e das instituições de assistência social e de educação	299
7.3. A imunidade dos templos	303
7.4. A imunidade dos partidos	304
7.5. Considerações sobre imunidade das instituições partidárias, religiosas, sindicais, educacionais e assistenciais	305
7.6. A imunidade das instituições fechadas e de previdência privada (fundos de pensão)	312
7.7. O duplo sentido do <i>nomen</i> “assistência social” no corpo da Constituição de 1988	343
7.8. O sistema previdenciário dos servidores e a seguridade social	344
7.9. Regras ancilares das imunidades do art. 150, VI, “a”, “b” e “c”	346
7.10. A imunidade dos livros, jornais, periódicos e do papel destinado a sua impressão (art. 150, VI, “d”)	346
7.11. A determinação de exteriorizar e esclarecer as comunidades sobre os impostos que incidem sobre mercadorias e serviços	353
7.12. Exoneração de tributos, matéria sob reserva de lei	354
7.13. O princípio da tributação federal uniforme	356
7.14. Substituição tributária progressiva	357

7.15. Isonomia nos títulos da dívida pública e nos vencimentos dos funcionários públicos – Prevalência do Estado Federal	358
7.16. A proibição da isenção heterônoma e as exceções	359
7.17. A revogabilidade das isenções anteriores à Carta	360
7.18. A vedação que proíbe aos Estados e aos Municípios estabelecerem diferenças tributárias em razão da procedência ou destino de bens e serviços de qualquer natureza – O mercado comum brasileiro	361
7.19. Vedações inerentes à substituição tributária para a frente	362
7.20. A Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	362
Capítulo VIII – OS IMPOSTOS DA UNIÃO, OS PRINCÍPIOS E VEDAÇÕES QUE LHES SÃO PRÓPRIOS	363
8.1. Os impostos de importação e exportação	364
8.2. O imposto sobre grandes fortunas	364
8.3. O imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	365
8.4. O imposto sobre operações financeiras ou sobre operações de crédito, câmbio, seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários	366
8.5. O imposto sobre a propriedade territorial rural	366
8.6. A imunidade das pequenas glebas rurais ao ITR (Jeca Tatu)	367
8.7. O imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza	368
8.8. O imposto de renda periódico e os princípios da anterioridade e da irretroatividade – A lei de regência dos fatos geradores	369
8.9. O imposto de renda anual é periódico – A lei aplicável é a vigente antes de iniciar-se o período em que se realizam os fatos jurídicos	375
8.10. A progressividade no imposto de renda	377
8.11. A seletividade do IPI – Juízo crítico	378
8.12. A imunidade dos aposentados e pensionistas com idade superior a 65 anos	379
8.13. A extrema liberdade fiscal do Executivo Federal	379
8.14. A periodização dos impostos e o princípio da anualidade – Aplicabilidade ao imposto de renda	380
8.15. A competência privativa e residual da União para instituir novos impostos, contribuições sociais e impostos extraordinários de guerra	381
Capítulo IX – OS IMPOSTOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL – DOS PRINCÍPIOS E VEDAÇÕES QUE LHES SÃO PRÓPRIOS	385
9.1. O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior)	388
9.2. O fato gerador do ICMS em sentido genérico	391
9.3. Crédito e ICMS – Negativa de crédito nas exonerações	392
9.4. ICMS – Como apurar o valor devido	398
9.5. As operações com energia elétrica, petróleo e seus derivados (combustíveis líquidos e gasosos, inclusive lubrificantes) – As inovações da Emenda nº 33	401
9.6. ICMS – Incidência na importação de bens para o ativo fixo e para consumo próprio do estabelecimento, ainda que realizada por pessoas físicas	413
9.7. As alíquotas do ICMS – Competência para fixação	413
9.8. Operações interestaduais a consumidor final noutro estado	414
9.9. As alíquotas seletivas ou a seletividade do ICMS	414
9.10. IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	415
9.11. O imposto sobre transmissão <i>causa mortis</i> e doação de quaisquer bens e direitos (o imposto sobre heranças e doações)	415

9.12. As alíquotas de heranças e doações – Seus fatos jurídicos	416
9.13. Heranças e doações e a questão do montante partilhável.	416
9.14. A imunidade do ICMS das operações (interestaduais) que destinem petróleo, lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados e energia elétrica a outros Estados	417
9.15. A imunidade da energia elétrica e dos combustíveis líquidos e gasosos, inclusive lubrificantes, dos minerais do país e dos serviços de telecomunicações a certos impostos	417
9.16. A não-incidência do ICMS nos serviços de comunicação	417
Capítulo X – OS IMPOSTOS DOS MUNICÍPIOS, PRINCÍPIOS E VEDAÇÕES QUE LHE SÃO PRÓPRIOS	419
10.1. O IPTU	420
10.2. A progressividade no IPTU	426
10.3. O IPTU e a “planta de valores” genérica	429
10.4. O imposto sobre transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos por ato entre vivos	431
10.5. ITBI – Problemas decorrentes da partilha de bens entre vivos	431
10.6. A imunidade de certas transmissões <i>inter vivos</i> de bens imóveis	432
10.7. O imposto sobre serviços de qualquer natureza	434
10.8. As alíquotas do ISS	436
10.9. A imunidade dos serviços destinados ao exterior (ISS)	436
10.10. A Emenda nº 37 e o ISS	437
Capítulo XI – A REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS	439
11.1. Participação direta dos Estados e do Distrito Federal no produto da arrecadação de impostos federais	439
11.2. Participação direta dos Municípios.	440
11.3. O fundo ouro.	440
11.4. Participações indiretas	440
11.5. O fundo compensatório	441
11.6. A vedação de “negociação”	441
11.7. O papel do Tribunal de Contas.	441
Parte III	
O DIREITO TRIBUTÁRIO QUE ESTÁ NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL E NAS LEIS COMPLEMENTARES SUBSEQÜENTES	
Capítulo I – O CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL E O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL.	445
1.1. Advertência prévia sobre o conteúdo compromissório do CTN	445
1.2. O Sistema Tributário Nacional.	449
1.3. O caráter jurídico do CTN	449
1.4. O Sistema Tributário e a Federação	450
1.5. Os dois livros do CTN	450
Capítulo II – O CONCEITO DE TRIBUTO	453
2.1. A necessidade de o Estado cobrar tributos	453
2.2. O conceito jurídico de tributo.	454
2.3. O tributo no quadro de receitas do Estado	454
2.4. A expansividade do conceito de tributo no Direito brasileiro	455
2.5. O tributo como norma jurídica	456
2.6. A importância do aspecto pessoal na hipótese de incidência tributária	458

2.7. A complexidade das fórmulas de cálculo do tributo devido	460
2.8. Os equívocos da doutrina tradicional na consideração do fato gerador dos tributos	461
2.9. A estática e a dinâmica da norma tributária – A fenomenologia da incidência da norma tributária	463
2.10. O conceito de tributo no Direito brasileiro, sua excelência dogmática	467
2.11. O tributo como obrigação	469
Capítulo III – AS ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS: OS IMPOSTOS, AS TAXAS E AS CONTRIBUIÇÕES	471
3.1. O tributo como ente jurídico unitário e a sua divisão em espécies – A teoria dos tributos vinculados ou não a uma atuação do Estado relativamente à pessoa do pagante	471
3.2. A teoria dos tributos vinculados ou não a atuações estatais e a classificação das espécies ...	475
3.3. A análise do fato gerador para determinar a natureza jurídica do tributo – Proposta classificatória	477
3.4. As contribuições especiais ou parafiscais no Direito brasileiro – Natureza jurídica	478
3.5. A especificidade das contribuições previdenciárias e assistenciais sinalagmáticas – Tributos vinculados a atuação estatal – Diferenças entre elas e as contribuições especiais com natureza de impostos	482
3.6. Esforços classificatórios, a importância do tema – A natureza jurídica específica das contribuições especiais referidas na Constituição	485
3.7. Contribuições de melhoria, uma visão inovadora do instituto – Parentesco com a contribuição especial	488
3.8. A contribuição de melhoria tipo custo na opção constitucional de 1988	490
3.9. Taxas e preços – Preços públicos e privados	491
3.10. Custas e emolumentos são taxas? É possível distribuir o produto das custas?	496
3.11. Ligeiro esboço histórico sobre as custas	497
3.12. A assimilação das custas pelo tributo denominado taxa – Legalidade da destinação da receita assim havida às Caixas de Assistência dos Advogados	499
3.13. O pedágio, sua natureza jurídica	500
3.14. O pedágio, ligeira crônica	501
3.15. Pedágio: preço ou taxa?	501
3.16. Empréstimos compulsórios – Impostos restituíveis	501
3.17. Os impostos indiretos visam à capacidade contributiva dos consumidores – As contribuições especiais que repercutem no consumidor final são impostos indiretos cumulativos	502
Capítulo IV – A COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA	505
4.1. A competência tributária	505
4.2. As limitações da competência tributária	506
4.3. Os princípios da legalidade, da anterioridade e do livre trânsito no CTN	507
4.4. A imunidade intergovernamental recíproca e dos templos de qualquer culto no CTN	508
4.5. A imunidade do papel de imprensa e os princípios de resguardo da integridade nacional ...	510
4.6. Os empréstimos compulsórios no CTN	511
Capítulo V – OS IMPOSTOS NO CTN	513
5.1. A teoria jurídica dos impostos e a sua positivação no Direito brasileiro – O papel do CTN ..	515
5.2. Impostos especiais	517
Capítulo VI – IMPOSTOS FEDERAIS	519
6.1. Imposto de importação	519
6.2. Imposto de exportação	520
6.3. Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza	522

6.4. O conceito de renda na doutrina brasileira	524
6.5. Pessoas jurídicas – Sistema para apuração do lucro tributável	527
6.6. Lucro real	527
6.7. Abandono do lucro real	528
6.8. Sistema do lucro arbitrado	529
6.9. Sistema do lucro presumido	529
6.10. Princípios para a apuração do lucro tributável	530
6.11. Componentes do lucro real: lucro operacional e resultados de transações eventuais	530
6.12. Os resultados das transações eventuais	531
6.13. Pessoas físicas	531
6.14. As novidades do fim do século relativas ao imposto de renda	532
6.15. Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	532
6.16. Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguros e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF	539
6.17. Operações de crédito	543
6.18. Operações de câmbio	546
6.19. Operações de seguro	546
6.20. Operações com títulos e valores mobiliários	546
6.21. Imposto sobre propriedade territorial rural	548
6.22. Imposto sobre movimentações financeiras, hoje denominado “contribuição sobre movimentações financeiras”	550
Capítulo VII – IMPOSTOS ESTADUAIS	553
7.1. Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	553
7.2. Imposto sobre heranças e doações (transmissão <i>causa mortis</i> e doação de quaisquer bens ou direitos)	554
7.3. O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações – ICMS	558
7.4. O princípio da não-cumulatividade	559
7.5. O fato gerador genérico do ICMS	561
7.6. A natureza jurídica do princípio da não-cumulatividade	569
7.7. O ICMS e o IPI são impostos que somente devem onerar o consumo	570
7.8. As exceções constitucionais ao princípio da não-cumulatividade	571
7.9. O direito universal à dedução dos créditos relativos à aquisição de todo o gênero e a inconstitucional restrição ao direito de compensação por período	573
7.10. A Lei Complementar nº 87/96 – Texto básico do regramento do ICMS	576
7.11. A cláusula de imediata e preferencial restituição prevista no § 7º do art. 150 da Constituição – Efeitos práticos – O recurso à analogia a teor do Código Tributário Nacional – Inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 92/97	583
7.12. A tributação dos combustíveis e da energia elétrica	595
7.13. A tributação do transporte de passageiros	595
Capítulo VIII – IMPOSTOS MUNICIPAIS	611
8.1. Imposto sobre a transmissão <i>inter vivos</i> de bens imóveis a título oneroso (exceto doações)	611
8.2. Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	614
8.3. Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza – ISS	618
Capítulo IX – AS TAXAS NO CTN	643

Capítulo X – AS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA NO CTN	647
10.1. Contribuições de melhoria tipo custo e tipo valorização	647
10.2. Distribuição de receitas tributárias	649
Capítulo XI – CONCEITO, VIGÊNCIA, INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO E APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	653
11.1. A compreensão da expressão “legislação tributária”	653
11.2. O papel subalterno dos decretos do Executivo em matéria fiscal	654
11.3. A proteção da confiança dos atos administrativos em matéria fiscal	655
11.4. A impropriamente denominada coisa julgada administrativa e seus efeitos	655
11.5. A natureza da correção monetária e das majorações indiretas dos tributos	657
11.6. As práticas reiteradas das autoridades administrativas	657
11.7. As questões relativas aos tratados internacionais	658
11.8. Validade e extensão dos tratados internacionais em matéria tributária perante a Constituição Federal de 1988.	659
11.9. A União Federal na ordem jurídica internacional e na ordem jurídica interna	660
11.10. A superioridade da Lei Complementar Tributária de normas gerais sobre os ordenamentos jurídicos parciais da União, dos Estados e dos Municípios	662
11.11. A questão do ICMS e do ISS – Possibilidade de tratado internacional celebrado pela República Federativa do Brasil obrigar Estados e Municípios.	663
11.12. O controle prévio dos tratados e convenções internacionais pelo Supremo Tribunal Federal	664
11.13. Isenção heterônoma e isenção convencional	664
11.14. Os tratados na jurisprudência brasileira	670
11.15. A vigência no tempo e no espaço da legislação tributária	677
11.16. A extraterritorialidade da legislação tributária	679
11.17. A vigência das normas complementares do art. 100	679
11.18. O princípio da anterioridade no CTN	680
11.19. A anterioridade da lei em relação ao fato gerador	681
11.20. A retroatividade benigna ao contribuinte	683
11.21. Regras de interpretação da legislação tributária	684
11.22. Regras de integração da legislação tributária	687
11.23. A recepção do Direito Privado e a dação de efeitos fiscais próprios – O abuso das formas de Direito Privado.	689
11.24. A rigidez do sistema brasileiro de repartição de competências tributárias – Observância do Direito Privado	693
11.25. A interpretação restritiva em Direito Tributário – Quando é aplicável	693
11.26. O <i>in dubio pro</i> contribuinte	694
Capítulo XII – A OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA, SUJEITOS ATIVOS E PASSIVOS E A RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA SEGUNDO O CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.	695
12.1. A obrigação tributária na terminologia do CTN – Obrigação principal e obrigação acessória ...	696
12.2. Tributo e multa – Crédito tributário comum	697
12.3. A natureza não-patrimonial das obrigações acessórias – Deveres administrativos	698
12.4. A conversão da multa em crédito tributário	698
12.5. O fato gerador da obrigação principal	698
12.6. O “fato gerador” da obrigação acessória	700
12.7. O momento da ocorrência do fato gerador – Situações jurídicas e situações de fato – Fatos geradores “pendentes”	700

12.8. Aos tributos vinculados a atuações estatais não se aplicam as regras dos “negócios sujeitos a condições”	703
12.9. O fato gerador estremando as espécies e subespécies tributárias	703
12.10. A capacidade contributiva e o princípio da retribuição	704
12.11. Empréstimos compulsórios e contribuições especiais – Seus fatos geradores	705
12.12. O Direito Tributário brasileiro e a “interpretação econômica”	706
12.13. O sujeito ativo da obrigação tributária	708
12.14. Herança de competência tributária	709
12.15. O sujeito passivo da obrigação tributária – Contribuintes e responsáveis	709
12.16. O pretense sujeito passivo da impropriamente chamada obrigação acessória	711
12.17. A importância relativa das convenções particulares em face do dever de contribuir	712
12.18. A solidariedade obrigacional passiva	712
12.19. Os efeitos da solidariedade em matéria fiscal	713
12.20. Interpretação econômica ou pragmatismo fiscal?	714
12.21. A tributação dos atos ilícitos	715
12.22. O domicílio em matéria fiscal	716
12.23. Sujeição passiva direta e indireta – Substituição tributária	717
12.24. Responsabilidade tributária por transferência e por substituição	719
12.25. O substituto tributário como sujeito passivo direto	723
12.26. A responsabilidade tributária na terminologia do CTN – Falta de precisão conceitual	724
12.27. A questão da transferência das multas aos responsáveis	726
12.28. Síntese sobre a responsabilidade tributária no CTN	729
12.29. Responsabilidade de terceiros e multas moratórias	730
12.30. Responsabilidade tributária e o dever de reter tributo alheio – Distinção	731
12.31. Substituição tributária “para frente”	734
12.32. Créditos tributários transferíveis – Extensão e compreensão	740
12.33. A chamada responsabilidade dos adquirentes de bens imóveis	740
12.34. A responsabilidade dos adquirentes, remetentes e sucessores <i>inter vivos</i> ou <i>causa mortis</i> e do espólio	741
12.35. A chamada responsabilidade dos agentes empresariais	742
12.36. A responsabilidade de terceiros	745
12.37. Os casos de transferência de responsabilidade em razão de culpa ou dolo – A responsabilidade dos diretores, gerentes e administradores de pessoas jurídicas de Direito Privado	749
12.38. A tese da objetividade do ilícito fiscal	756
12.39. O erro de direito extrafiscal e o Direito Tributário punitivo	757
12.40. Tipos de sanção	759
12.41. Direito Tributário Penal ou Direito Penal Tributário?	760
12.42. O ilícito fiscal e as considerações subjetivas relativas ao agente – Atenuações	761
12.43. Multas confiscatórias	762
12.44. A personalização das multas fiscais	764
12.45. A “ponte de ouro” – Exclusão da responsabilidade pelo pagamento de multas decorrentes de infrações à legislação fiscal	765
Capítulo XIII – A CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E A DISCIPLINA DO 767 LANÇAMENTO SEGUNDO O CTN – TIPOS DE LANÇAMENTO	771
13.1. O crédito tributário como parte da estrutura obrigacional	771
13.2. A obrigação tributária e o seu objeto: o crédito tributário	773
13.3. Obrigação, crédito e lançamento fiscal	773

13.4. O papel do lançamento – Ato do Estado-Administração – Primeiras conclusões	774
13.5. A obrigação tributária e as alterações do crédito tributário	776
13.6. O crédito tributário e o princípio da legalidade	777
13.7. O conceito de lançamento no Direito brasileiro – Diferença entre lançamento por homologação e homologação do pagamento do crédito tributário	777
13.8. Distinção de lançamento como ato administrativo singular e procedimentos preparatórios e revisionais do lançamento – Lançamentos provisórios e finais, impossibilidade	779
13.9. Lançamento e intercadência cambial	780
13.10. O lançamento como ato administrativo de aplicação da lei fiscal – Leis substantivas e adjetivas no tempo, regras de aplicabilidade	780
13.11. A revisão do ato administrativo do lançamento – As teorias declarativistas e constitutivistas	781
13.12. O lançamento como ato administrativo – Características – Natureza declaratória – Caráter de título executivo por falta de auto-executoriedade – Quando o lançamento está pronto e quando é definitivo	784
13.13. As hipóteses legais que autorizam a revisão do lançamento	785
13.14. A irrevisibilidade do lançamento por erro de direito da Administração – Diferença entre revisão de lançamento e modificação de lançamento definitivo pela Administração	785
13.15. Renovação do lançamento por erro formal de agente da Administração – Quando é possível	790
13.16. As modalidades de lançamento no Direito brasileiro – Lançamento por declaração	791
13.17. Lançamento feito em razão de arbitramento – Quando é possível – Restrições legais	791
13.18. Novamente os casos de revisão do lançamento – Lançamentos feitos de ofício	794
13.19. O lançamento por homologação – Homologação expressa e tácita – Improriedades – Os termos iniciais e finais para a efetivação de lançamentos de ofício e para a homologação de pagamentos antecipados	797
13.20. O valor e o desvalor do chamado <i>lançamento por homologação</i> ou <i>autolancamento</i>	799
Capítulo XIV – A SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	803
14.1. A moratória e o parcelamento	805
14.2. O depósito do montante integral do crédito tributário	808
14.3. A concessão de medidas liminares	811
14.4. As reclamações e os recursos administrativos	812
Capítulo XV – A EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	819
15.1. O pagamento, a forma por excelência de extinção do crédito tributário	819
15.2. O dia e o local do pagamento	822
15.3. Natureza jurídica do juro moratório	824
15.4. A consulta fiscal e seus efeitos	825
15.5. Responsabilidade pelo recebimento do crédito tributário – Pagamento e quitações	826
15.6. Pagamento em moeda corrente, cheque ou vale-postal, em estampilha, papel selado ou processo mecânico – Os efeitos do pagamento	827
15.7. Pagamento sob condição – Incongruência jurídica	828
15.8. Imputação de pagamento	830
15.9. A consignação judicial do pagamento	836
15.10. Pagamento indevido – Repetição do indébito	837
15.11. Restituição de tributos indiretos dotados de repercussão jurídica obrigatória	839
15.12. Decadência do direito de pleitear a restituição	842
15.13. Prescrição da ação para anular a decisão administrativa que denega restituição	844
15.14. A compensação – Conceito	844

15.15. Tipos de compensação	846
15.16. A transação	849
15.17. A remissão	850
15.18. Distinção entre isenção e remissão	851
15.19. A prescrição e a decadência	852
15.20. A conversão do depósito em renda	858
15.21. A consignação em pagamento – Conversão da oferta de pagamento em renda	861
15.22. O pagamento antecipado e a “homologação do lançamento” nos termos do art. 150 e seus §§ 1º e 4º	861
15.23. A decisão administrativa irreformável	862
15.24. A decisão judicial passada em julgado	862
15.25. O controle da constitucionalidade das leis – O sistema misto brasileiro – Peculiaridades, efeitos e conseqüências relativamente às ações rescisórias	863
15.26. Inadmissibilidade de ação rescisória de sentença anterior à declaração de constitucionalidade pelo STF	867
15.27. Coisa julgada e segurança jurídica	868
Capítulo XVI – A EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	871
16.1. Improriedade gritante	871
16.2. A isenção e a sua regulação no CTN	872
16.3. A questão da revogabilidade das isenções	874
16.4. Isenções autônomas e heterônomas	876
16.5. Diferença entre isenção, imunidade e reduções fiscais	876
16.6. A anistia e a sua regulação no CTN	876
Capítulo XVII – GARANTIAS E PRIVILÉGIOS – ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA – CERTIDÕES NEGATIVAS	879
17.1. Prólogo – Os conceitos	879
17.2. A exposição do patrimônio particular	883
17.3. Alienação fiduciária em garantia e venda com reserva de domínio – Os escapes	884
17.4. Fraude à execução fiscal	884
17.5. Créditos tributários e juízos universais	886
17.6. A Fazenda Pública pode requerer a falência do devedor?	887
17.7. A massa falida e os créditos tributários	889
17.8. O inventário e os créditos tributários	889
17.9. A liquidação de sociedades e os créditos tributários	890
17.10. Término de inventário, concessão de concordata e fim de falência em face da Fazenda Pública	890
17.11. O perigo das constrições oblíquas	891
17.12. Administração Tributária	893
17.13. Administração Tributária: o poder de fiscalizar e os seus limites	893
17.14. O sigilo bancário	894
17.15. O sigilo bancário na Constituição Federal de 1988 – Princípios de regência à luz do entendimento do Supremo Tribunal Federal	897
17.16. O poder de vistoriar e de exigir documentos – Ato vinculado à lei – Motivo e finalidade ..	901
17.17. O dever de informar e os seus limites	902
17.18. O sigilo fiscal tendo como destinatários da norma a Fazenda Pública e os seus agentes ..	904
17.19. A imprestabilidade da prova emprestada	905
17.20. A fiscalização <i>manu militari</i> – Motivação e cuidados – Excesso de exação – Proibição do excesso – Responsabilidade civil do Estado	906

17.21. Dívida ativa – Certidões positivas e negativas – Os tormentos do cidadão – O valor e o desvalor jurídico do ato de inscrição em dívida ativa – Prescrição da ação de execução fiscal	910
Bibliografia	917